



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**  
**CÂMPUS PELOTAS**

**DIRETORIA DE ENSINO**  
**DEPARTAMENTO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**

**DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE**  
**ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS NO**  
**IFSUL ADOTADAS EM RAZÃO DA PANDEMIA (COVID-19)**  
**(Contribuições do Curso de Licenciatura em Computação)**

## TÍTULO I

### DOS DISPOSITIVOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

**Art. 1º.** O presente documento versa sobre diretrizes institucionais no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense para a realização emergencial de atividades acadêmicas não presenciais após superado o pico pandêmico nos cursos de educação básica e superior do IFSul, por atividades pedagógicas não presenciais fundamentadas nas normativas vigentes (ANEXO I) e nas pesquisas realizadas em cada unidade do IFSul durante a situação de pandemia da Covid-19.

## TÍTULO II

### DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES

**Art. 2º.** No desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais no IFSul, deverão ser considerados nos processos de ensino e de aprendizagem, os seguintes princípios norteadores:

- I. Preservação da saúde física e mental de todos os estudantes e servidores;
- II. Acessibilidade e a Inclusão;
- III. O acesso, a permanência e o êxito de estudantes;
- IV. A garantia da qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem;
- V. Histórica e reconhecida qualidade dos cursos.

## TÍTULO III

### DA DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS

**Art. 3º.** Atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) são o conjunto de atividades realizadas com ou sem mediação tecnológica, a fim de garantir atendimento acadêmico durante o período de restrições, para realização de atividades escolares, quando não for possível a presença física de estudantes nas unidades de ensino do IFSul.

**§ 1º.** O IFSUL garantirá o acesso a recursos de tecnologia da informação para estudantes em situação de vulnerabilidade social, visando atender às condições de continuidade do processo educativo no contexto de uso das APNPs.

## TÍTULO IV

### DA FINALIDADE DAS APNPs

**Art. 4º.** Todos os cursos da educação básica como Cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs, EJA-FIC), técnicos de nível médio (EJA-EPT, integrados, concomitantes e subsequentes) e superiores (graduação e pós-graduação) estão autorizados a realizar APNPs.

**Parágrafo único:** Atividades presenciais que não possam ser realizadas de maneira não presencial, conforme análise do colegiado do curso ou instância equivalente, poderão constar de um plano especial de desenvolvimento, podendo para isso ser viabilizados espaços presenciais especialmente preparados, no momento em que seja possível.

**Art. 5º.** As APNPs deverão garantir, a **todos os estudantes**, o atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional e desdobradas nos currículos e propostas pedagógicas e dos diferentes cursos do IFSul no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, bem como pelas Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes.

**Art. 6º.** O objetivo da instituição para implantação das APNPs se dá, a fim de garantir a continuidade do desenvolvimento e das aprendizagens dos estudantes, propiciando seu direito constitucional à educação.

## **TÍTULO V**

### **DA NATUREZA E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS**

**Art. 7º.** As APNPs ocorrerão extraordinariamente e em caráter emergencial, exclusivamente, em virtude da pandemia da Covid-19 e seus impactos nas atividades da instituição, em acordo com as normativas vigentes e sem se confundirem, portanto, com a Educação a Distância ou com atividades à distância previstas em cursos presenciais.

**Parágrafo único:** Em decorrência do caráter extraordinário supracitado, as APNPs não impactarão na necessidade de mudanças ou adequações dos Projetos Pedagógicos dos Cursos técnicos e de pós-graduação, da Organização Didática e demais normativas que regem as atividades de ensino da instituição.

**Art. 8º.** O IFSUL oferecerá, para os cursos que assim o desejarem, acesso e suporte ao Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, acrônimo de "Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment", que consiste em software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual de aprendizagem (AVA) já adotado institucionalmente nos Cursos de Educação a Distância do IFSul.

**§ 1º.** As APNPs não se configuram Educação à Distância e, portanto, o uso de AVAs é facultativo;

**§ 2º.** Os colegiados dos cursos terão autonomia para adotarem, ou não, um AVA responsabilizando-se pela gestão, capacitação, suporte e garantia de disponibilidade.

**§ 3º.** De forma suplementar, outros espaços educativos, redes sociais e espaços virtuais podem ser articulados, de acordo com a necessidade pedagógica de desenvolvimento das disciplinas. Sendo necessário somente a sua indicação através de link direto dentro do espaço do AVA da disciplina.

**§ 4º.** A decisão de usar ou não um AVA e qual utilizar, deverá ter em conta as dificuldades e potencialidades que pode ter para atender determinado grupo de estudantes, por isso cada curso fará esta deliberação pedagogicamente.

**Art. 9º.** Caberá à Pró-reitoria de Ensino do IFSul (PROEN), através do seu Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias (DETE) em articulação com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), ações integradas como as seguintes:

**I.** Prover os AVAs Moodle, quando for o caso, para todas as unidades do IFSul, em único endereçamento virtual.

**II.** Fomentar a criação da figura de um gestor responsável pelos AVAs Moodle de cada unidade do IFSul.

**III.** Disponibilizar tutoriais de uso dos AVAs Moodle, quando utilizado pelo campus/curso, aos Departamentos/Coordenações de Educação a Distância, Coordenações de Tecnologia da Informação ou responsáveis pelos AVAs de cada câmpus e do CREPT.

**IV.** Capacitar os gestores responsáveis pelos AVAs Moodle para a aplicação das atividades previstas nos tutoriais.

**Art. 10.** Os tutoriais do uso do AVA Moodle, elaborados pela PROEN, auxiliarão gestores dos câmpus e do CREPT em variadas atividades de relevância, tais como:

- I.** Criar componentes curriculares, bem como cadastrar docentes e estudantes;
- II.** Criar turmas dos estudantes;
- III.** Cadastrar usuários em lote e outras demandas que são de responsabilidade dos gestores do Moodle;
- IV.** Dar suporte virtual aos gestores dos AVAs de cada Câmpus em relação às dúvidas;
- V.** Assessorar na indicação de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação para auxiliar nos processos educacionais.

**Art. 11.** Aos Câmpus do IFSul e ao CREPT, quando utilizar o AVA Moodle, caberá as seguintes funções:

- I.** Indicar um ou mais responsáveis para a gestão do ambiente;
- II.** Criar os componentes curriculares de cada curso;
- III.** Cadastrar estudantes e docentes;
- IV.** Dar suporte aos docentes para utilização do ambiente e das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação;
- V.** Dar suporte aos estudantes quanto ao acesso ao ambiente;
- VI.** Comunicar aos estudantes que as aulas serão ministradas via ambiente;
- VII.** Disponibilizar apoio pedagógico para a elaboração de metodologias e materiais pedagógicos desenvolvidos especificamente para o uso no contexto particular da APNPs.

**Art. 12.** Os Câmpus e o CREPT deverão apresentar um protocolo de dados quantitativos e/ou qualitativos (ANEXO II), por meio de pesquisas aplicadas com as informações necessárias para a tomada de decisões acerca das providências a serem tomadas junto à sua comunidade, de forma a **garantir que todos tenham acesso** para a aplicação das APNPs.

**§ 1º.** O protocolo de dados consistirá em uma coletânea de 17 (dezesete) itens podendo o câmpus ou o CREPT inserir outros itens, se julgar necessários para preservar a qualidade do ensino na aplicação das APNPs.

**§ 2º.** O protocolo de que trata esse artigo deverá ser aprovado pelas instâncias competentes ou responsáveis dos Câmpus ou do CREPT e serem submetidos posteriormente para análise da PROEN, que em caso de deferimento emitirá parecer favorável e encaminhará para aprovação pelo Conselho Superior do IFSul (CONSUP).

**§ 3º.** Em caso de indeferimento a PROEN retornará o protocolo para o câmpus ou CREPT para as devidas adequações, tantas vezes quantas forem necessárias para seguir os demais trâmites visando a aprovação pelo CONSUP.

## TÍTULO VI

### DO PLANEJAMENTO DO PROCESSO PEDAGÓGICO DE APNPs

**Art. 14.** O processo pedagógico para aplicação das APNPs, deve contemplar:

- I.** Análise dos perfis das turmas baseando-se em pesquisas e escutas realizadas com os estudantes;
- II.** Desenvolvimento de projetos integrados, de acordo com as possibilidades curriculares dos cursos;
- III.** Reorganização de planos de ensino considerando o atendimento de todos os estudantes;
- IV.** Definição de componentes curriculares que serão ofertados simultaneamente em cada curso, em um máximo de três componentes curriculares por vez (ou semanais), não devendo as atividades que dependem de tecnologias somar mais que duas horas diárias;
- V.** Organização da metodologia de práticas pedagógicas no que se refere a avaliação da aprendizagem, tais como realização de avaliações, recuperações paralelas, reavaliações e conselhos de classe;
- VI.** Ações que incluam os estudantes que não tem acesso a internet e/ou computadores;
- VII.** Proposição de estratégias no planejamento para a garantia do acesso ao currículo e a condições efetivas de aprendizagem para todos os estudantes;
- VIII.** Construção de metodologia de atendimento discente individualizado, de acompanhamento familiar, biopsicossocial e pedagógico;
- IX.** Estruturação de metodologias para adequação das demais atividades acadêmicas, como Trabalho de Conclusão de Curso, estágios, projetos de ensino, pesquisa e extensão ao contexto das APNPs;
- X.** Definição de atividades síncronas e assíncronas de cada componente curricular e/ou projeto, tomando as devidas precauções com relação à complexidade relacionada ao uso de cada abordagem;
- XI.** Construção de Planos de Ensino Emergenciais para as APNPs;
- XII.** Planejamento da Ambientação docente e discente na plataforma definida;

**Art. 15.** As atividades que poderão ser desenvolvidas como recursos nas APNPs são:

- I.** Realização de testes on-line ou por meio de material impresso para aqueles que não tem acesso ao material no AVA;
- II.** Utilização, quando possível, de horários de rádio ou TV aberta com programas educativos para adolescentes e jovens;
- III.** Realização de encontros online por meio de ferramentas de web conferência;
- IV.** Distribuição de vídeos educativos, de curta duração, por meio de plataformas digitais, sem a necessidade de conexão simultânea;
- V.** Realização de estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outros;
- VI.** Utilização de mídias sociais de longo alcance (*WhatsApp, Telegram, Facebook, Instagram* etc.) para estimular e orientar os estudos, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada uma dessas redes sociais;
- VII.** Organização e adaptação das atividades preponderantemente práticas momentaneamente por laboratórios de simulação virtual e em conformidade com a realidade local ou postergá-los para o momento de retorno presencial;

**Art. 16.** Nos cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnologia) as alterações em disciplinas, etapas, metodologias, recursos de infraestrutura tecnológica, as interações práticas ou laboratoriais não presenciais, serão anexadas como Plano de Ensino emergencial, e deverão ser apensadas aos PPCs. Após aprovadas nas instâncias internas, a PROEN enviará a documentação à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).

**Art. 17.** Adoção de regime de exercícios domiciliares para estudantes que se enquadrarem na legislação, conforme Organização Didática do IFSul.

## **TÍTULO VIII DO ATENDIMENTO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS**

**Art. 19.** As APNPs devem levar em consideração as singularidades de cada estudante, principalmente aqueles que apresentam necessidade específica e para isso devem seguir as orientações da Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul e a Instrução Normativa nº 03/2016.

**Art. 20.** O planejamento e a execução das APNPs são de responsabilidade de docentes, apoiados pela equipe do NAPNE, equipe multidisciplinar (orientação, supervisão pedagógica, psicologia e assistência social) e coordenação de curso.

**Art. 21.** Para estudantes com necessidades específicas, docentes deverão adequar o plano de atividades, realizando a prévia adaptação e a flexibilização do material didático, do processo avaliativo e da metodologia de ensino, para que atenda às suas necessidades específicas, conforme Anexo III.

**Art. 22.** Docentes, equipe pedagógica e integrantes do NAPNE deverão estreitar a comunicação, visando potencializar o processo de ensino e aprendizagem, bem como desenvolver, de forma colaborativa, os materiais que atendam às necessidades específicas de estudantes.

**Parágrafo único:** Além das adequações metodológicas previstas, o cronograma de datas para realização e entrega das atividades deverá ser adaptado, quando necessário, considerando as necessidades específicas dos estudantes.

**Art. 23.** Será assegurada a estudantes com necessidades específicas a adequação do tempo, do modo, da ferramenta de ensino e de avaliação para as APNPs, com a adoção de medidas de acessibilidade, sempre que possível considerando os princípios do Desenho Universal, suas limitações e a promoção do seu aprendizado, além do diálogo com a equipe do NAPNE.

**Art. 24.** Com apoio da equipe pedagógica (preferencialmente, o setor de Orientação Educacional e/ou Atendimento Educacional Especializado) e NAPNE, no que diz respeito às APNPs, será oferecido acompanhamento e orientação aos familiares/responsáveis pelos estudantes com necessidades específicas, visto que atuarão como coadjuvantes nas orientações das atividades pedagógicas.

**Art. 25.** Nos casos em que não for possível o acesso desses estudantes às APNPs, após terem sido esgotados os meios propostos e consideradas suas condições de saúde física e mental, caberá a coordenação de curso, com docentes, equipe pedagógica e o NAPNE, criar estratégias para assegurá-las por ocasião do retorno às atividades presenciais.

## **TÍTULO IX REUSO E COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS EDUCACIONAIS**

**Art. 26.** Os recursos educacionais usados ou produzidos devem respeitar o previsto na Lei nº 9.610/1998, sobre direitos autorais e recomenda-se o uso e compartilhamento público de

conteúdos educacionais digitais produzidos pelo Repositório de Recursos Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.

**Art. 27.** Os conteúdos educacionais digitais compartilhados devem possuir os devidos termos de cessão de direitos autorais e autorização de uso de imagem, voz e nome, a serem disponibilizados pelo Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias da Pró-reitoria de Ensino.

## **TÍTULO X DA ORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO EMERGENCIAL**

**Art. 28.** O calendário acadêmico emergencial visa possibilitar a realização de atividades acadêmicas para fins de atendimento dos objetivos de aprendizagem previstos nos currículos da educação básica e do ensino superior, atendendo ao disposto na legislação e normas correlatas sobre o cumprimento da carga horária.

**§ 1º** Os câmpus do IFSul e o CREPT, respeitando suas especificidades, terão autonomia na elaboração dos seus calendários emergenciais.

**§ 2º** Todas as atividades acadêmicas realizadas no âmbito do Calendário Emergencial serão computadas para integralização do curso pelos estudantes.

## **TÍTULO XI DO PLANO DE ATIVIDADES DAS APNPs**

**Art. 30.** A organização das APNPs é de responsabilidade dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), Colegiados dos Cursos ou Comissões de Elaboração e/ou Implementação de PPC com suas composições completas de acordo com suas normativas, em reunião conjunta, quando se tratar de curso superior de Graduação e cursos Técnicos, sendo esta organização instrumentalizada por meio de Planos de Atividades (PAT), conforme item 17 do Anexo II que farão a composição do protocolo do Câmpus ou CREPT.

**Parágrafo único:** Para os cursos sem colegiado formalmente constituídos subentende-se a totalidade de professores do curso como responsáveis pelas atividades previstas no presente artigo.

**Art. 31.** Os PATs serão uma estratégia de formalização do processo formativo para o estudante no contexto do calendário reorganizado, com ampla divulgação no AVA e nos canais oficiais dos campus. Deverão ter as seguintes características:

**§ 1º.** Organização por curso contemplando as especificidades das respectivas turmas, do câmpus ou CREPT, estabelecendo a metodologia de ensino e de aprendizagem utilizada, bem como informar os meios que utilizará para acompanhamento.

**§ 2º.** Estratégias de inclusão dos estudantes com necessidades especiais e com dificuldades de acessibilidade, bem como indicar as ações de acompanhamento e orientações aos estudantes com necessidades específicas já organizadas e disponibilizadas pelos NAPNEs de cada campus com apoio do Departamento de Educação Inclusiva da Pró-reitoria de Ensino do IFSul.

**§ 3º.** O plano de ensino do docente com a sua reorganização contendo a sistematização das APNPs no AVA, bem como as metodologias, avaliação, os horários destinados aos atendimentos, as formas de recuperação da aprendizagem e reavaliações (contínua e paralela) bem como a sistematização das APNPs respeitando as ementas, de forma a garantir o cumprimento do PPC e a qualidade do curso.

**Art. 32.** Os PATs, elaborados conforme os Arts. 30 e 31, deverão ser encaminhados à Pró-reitoria de Ensino do IFSul, com parecer favorável da equipe pedagógica, para serem apensados aos PPCs e arquivados, com as informações a serem repassadas à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) e à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

**Art. 33.** Se de forma extraordinária, persistirem impossibilidades ao estudante em acompanhar as APNPs, deverão ser garantidos os direitos acadêmicos e de assistência estudantil, mesmo no primeiro período letivo, para todos os cursos, sem que seja contabilizado no prazo para integralização.

## **TÍTULO XII MEDIDAS ESPECÍFICAS PARA OS ESTUDANTES CONCLUINTES**

**Art. 34** Os Câmpus do IFSul e o CREPT poderão adotar medidas específicas para os estudantes concluintes que estejam com a matriz curricular do curso no semestre/ano integralizada ou dependendo apenas da realização de estágio, TCC ou atividades complementares para a efetiva integralização do curso a fim de garantir, com brevidade, a conclusão.

**Parágrafo único:** A Coordenação do curso deverá encaminhar um plano de atividades específico às instâncias competentes para apreciação e aprovação.

## **TÍTULO XIII DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E PROJETOS INTEGRADORES**

**Art. 35.** Fica autorizada a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou do Projeto Integrador por meio de webconferências. A aprovação ocorrerá pela defesa perante a banca avaliadora e encaminhamento do texto final e quanto a comprovação das orientações, poderá ser realizada mediante declaração do docente orientador.

## **TÍTULO XIV DO PERÍODO DE AMBIENTAÇÃO**

**Art. 36.** Entende-se por período de ambientação o tempo necessário para que os Câmpus e o CREPT realizem atividades de formação para seus servidores e estudantes para criação de Contextos de Aprendizagem, sejam digitais ou não, para desenvolvimento das APNPs, bem como a realização de atividades de acolhimento da comunidade escolar de resgate dos conteúdos trabalhados anteriormente a suspensão do calendário acadêmico.

## **TÍTULO XV DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**Art. 37.** O IFsul estará em constante acompanhamento da situação da pandemia causada pela Covid-19 e havendo melhorias nas condições sanitárias e a possibilidade de retorno com atividades presenciais, mediante autorização legal, serão realizados estudos de outras formas de ensino, onde novas diretrizes deverão ser discutidas.